

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários, chuveiros e revestimentos cerâmicos (Divisão Deca). Conta atualmente com quinze unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Duratex S.A. (atual denominação da Tablemac S.A.), mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica e Peru.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média, alta densidade de fibra), pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com doze unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários, chuveiros e revestimentos cerâmicos, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth, Hydra Corona e Ceusa.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2018.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (atual denominação da Duchacorona Ltda.), Cerâmica Urussanga S.A. (Ceusa), Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Pescara Administração e Participações S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V.,

Duratex Andina S.A.C., e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Belgium N.V., Duratex S.A.(atual denominação da Tablemac S.A.), Tablemac MDF S.A.S. e Forestal Rio Grande S.A.S..

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(d) Investimento em entidade controlada em conjunto (*joint operation*)

A Duratex Florestal Ltda. controlada da Duratex S.A. que detém 99,99% de seu capital, e a Usina Caeté S.A., mantém contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital votante da Caetex Florestal S.A..

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até 31 de dezembro de 2017 para adoção antecipada no Brasil.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo é obrigado a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 (a) e do CPC 47 / IFRS 15 (b) terá em suas demonstrações financeiras consolidadas. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio do Grupo em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido do Grupo em 1º de janeiro de 2018 é de R\$ 4.215. Os principais componentes do ajuste estimado são os seguintes:

- (a) Uma redução em lucros acumulados de R\$ 1.654, (líquida de impostos), devido a perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes.
- (b) Uma redução em lucros acumulados de R\$ 2.561 (líquida de impostos), devido ao reconhecimento de deduções de vendas pela bonificação dada aos clientes pelo atingimento de volumes de compras de produtos.

(a) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

O Grupo adotará a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas. Em 2017, o Grupo realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Em geral, o Grupo não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. O Grupo espera um aumento na provisão para perdas, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme descrito abaixo.

(a1) Classificação e mensuração

O Grupo não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. O Grupo analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(a2) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes. O Grupo aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. O Grupo determinou que, devido à natureza não garantida dos seus recebíveis, a provisão para perdas aumentará em R\$ 2.506, com a correspondente redução do passivo fiscal diferido no montante de R\$ 852.

(a3) Contabilidade de *hedge*

Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Em resumo, espera-se que o impacto da adoção da IFRS 9 seja o seguinte:

Ativo	
Contas a receber de clientes	(2.506)
IR e CS diferidos	852
Patrimônio Líquido	
Lucros acumulados	(1.654)

(b) CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo aplicará a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

Venda de bens

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado do Grupo. O Grupo espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Uma redução em lucros acumulados de R\$ 2.561 (líquida de impostos), devido ao reconhecimento de deduções de vendas pela bonificação dada aos clientes pela estimativa de atingimento de volumes de compras de produtos.

Em resumo, espera-se que o impacto da adoção da IFRS 15 seja o seguinte:

Ativo	
IR e CS diferidos	1.319
Passivo	
Contas a pagar	3.880
Patrimônio Líquido	
Lucros acumulados	(2.561)

IFRS 16 – Arrendamento mercantil, o qual substitui o IAS 17, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. Esta norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela Administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício social se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos

diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

As perdas estimadas com *impairment* no contas a receber, são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente será baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e portanto são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 15. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), utilizando o método da

taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada e saúde

A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação, como planos ainda contributários (unidade Tubarão-SC) aos seus colaboradores e respectivos dependentes, por meio de 13 operadoras de saúde, totalizando 29.394 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja

provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 – Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacionais são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas

em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 55,7 milhões, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 11,6 milhões, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (impairment) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência e saúde

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Provisão para contingências

O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada pelos consultores jurídicos da Companhia, os montantes são atualizados e se acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

a) Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 181.300 mil com diversos vencimentos até 16/08/2019, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b) Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 20.000 sendo o último vencimento em 12/01/2018 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c) Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 31.000 mil com vencimento em 31/01/2018 e posição vendida em Dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de zerar a exposição cambial na data de contratação (27/12/2017). Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

d) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2017	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	584.333	884.291	607.911	1.007.883	16.334	-
Taxa Pré-Fixada	20.000	58.000	20.236	57.772	49	-
Posição Passiva						
CDI	(604.333)	(942.291)	(611.764)	(968.471)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda						
NDF	102.420	26.602	102.153	26.546	-	(27)

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.

e) Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% possível e remoto, respectivamente, de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/Bloomberg, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 3,4568 e o CDI médio de 7,53% a.a..

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
		Valores em R\$ Mil			
Risco	Instrumento/Operação	Descrição do risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	6	(4)	(14)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas prefixadas		(6)	4	14
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res 4131)	Queda US\$	(8.262)	(171.777)	(335.292)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	8.262	171.777	335.292
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	-	25.694	51.388
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	-	(25.694)	(51.388)
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	2019 e 2020	2021 a 2025	Menos de 1 ano	2019 e 2020	2021 a 2025
31/12/2017						
Empréstimos	696.882	1.490.261	50.777	764.824	1.625.658	784.342
Fornecedores	216.040	-	-	296.372	-	-
Fornecedores partes relacionadas	22.958	-	-	-	-	-
Total	935.880	1.490.261	50.777	1.061.196	1.625.658	784.342

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A -Empréstimos e financiamentos	2.237.920	2.319.331	3.174.824	3.457.041
de curto prazo	696.882	641.201	764.824	681.110
de longo prazo	1.541.038	1.678.130	2.410.000	2.775.931
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	402.698	361.923	1.074.364	1.416.360
C-(-) Títulos e valores mobiliários	57.292	-	-	-
D=(A-B-C) Dívida líquida	1.777.930	1.957.408	2.100.460	2.040.681
E- Patrimônio líquido	4.715.365	4.569.507	4.716.319	4.570.652
D/E=Índice de alavancagem financeira	38%	43%	45%	45%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40-R1/IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidênciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	992.558	1.369.541	-	-	-	-	992.558	1.369.541
Contas a receber de clientes	932.917	797.920	-	-	-	-	932.917	797.920
Contas a receber de partes relacionadas	35.146	37.309	-	-	-	-	35.146	37.309
Depósitos vinculados	51.343	49.626	-	-	-	-	51.343	49.626
Total	2.011.964	2.254.396	-	-	-	-	2.011.964	2.254.396
PASSIVOS								
Empréstimos	-	-	2.563.060	2.488.570	611.764	968.471	3.174.824	3.457.041
Fornecedores	-	-	-	214.226	-	-	-	214.226
Dividendos/JCP	-	-	61.273	6.634	-	-	61.273	6.634
Total	-	-	2.624.333	2.709.430	611.764	968.471	3.236.097	3.677.901

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3.331	2.623	54.536	12.919
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	27.270	33.900
Aplicações em renda fixa	562	1.617	564	1.619
Certificados de depósitos bancários	398.805	357.683	991.994	1.367.922
Total	402.698	361.923	1.074.364	1.416.360

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários

Em 28 de agosto de 2017 a Companhia adquiriu da Cerâmica Urussanga S.A., 56.000.000 de debêntures simples, série única com garantia fidejussória e garantia real, nominativas, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1,00, no montante de R\$ 56.000, totalmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2017, este ativo foi eliminado no balanço consolidado.

O prazo de vencimento das debêntures é de seis meses contados da data de emissão, quando será recebido o valor nominal unitário, juntamente com a remuneração de juros à razão de 105% do CDI, incidentes a partir da data de integralização.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor integralizado atualizado é de R\$ 57.292.

Nota 7 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cientes no país	733.615	692.076	894.044	780.817
Cientes no exterior	102.062	40.449	117.605	87.077
<u>Impairment no contas a receber de clientes</u>	<u>(70.489)</u>	<u>(61.801)</u>	<u>(78.732)</u>	<u>(69.974)</u>
Total de clientes - Terceiros	765.188	670.724	932.917	797.920
Total de clientes - Partes Relacionadas	53.307	60.970	35.146	37.309
Total contas a receber	818.495	731.694	968.063	835.229

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	775.641	703.219	910.720	800.051
Vencidos até 30 dias	32.055	13.730	38.754	19.687
Vencidos de 31 a 60 dias	10.997	5.816	14.216	6.954
Vencidos de 61 a 90 dias	4.444	3.510	6.883	4.611
Vencidos de 91 a 180 dias	5.277	10.147	8.087	11.839
Vencidos há mais de 180 dias	60.570	57.073	68.135	62.061
Total	888.984	793.495	1.046.795	905.203

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2017	31/12/2016
A	acima de 05 anos	Pontual	58%	54%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	3%	5%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	31%	33%
D		Inadimplentes	8%	8%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

O *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é constituído com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso (nota 2.8).

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(61.801)	(48.385)	(69.974)	(54.348)
Constituição/ reversão	(12.889)	(17.328)	(12.600)	(21.805)
Baixa de títulos	4.201	3.912	3.842	6.179
Saldo final	(70.489)	(61.801)	(78.732)	(69.974)

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	246.660	281.017	344.183	354.147
Matérias-primas	174.449	207.517	224.917	243.088
Produtos em elaboração	78.007	98.804	104.150	120.860
Almoxarifado geral	104.003	103.882	110.566	107.913
Adiantamentos a fornecedores (*)	29.550	22.798	2.520	1.807
Provisão para perdas (-)	(17.826)	(14.973)	(26.243)	(25.317)
Total	614.843	699.045	760.093	802.498

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda..

Nota 9 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.983	2.700	2.983	2.700
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos	13.037	7.209	47.427	31.198
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.931	3.482	2.931	3.482
Sinistros a receber	2.357	841	2.728	841
Venda de energia elétrica	3.601	8.820	3.601	8.820
Demais valores a receber	1.006	924	3.859	928
Total Circulante	25.915	23.976	63.529	47.969
Fundação Itaúsa Industrial (1)	1.490	4.051	1.490	4.051
Venda de fazendas/Imóveis	2.422	12.120	32.024	22.166
Fomento nas operações florestais (2)	-	-	13.218	13.835
Valores a receber dos sócios participantes das SCPs	-	-	5.206	5.206
Ativos indenizáveis (3)	19.464	-	19.464	-
Retenção de valores na aquisição de empresas	27.437	19.629	27.437	19.629
Demais valores a receber	2.731	3.243	7.654	3.271
Total Não Circulante	53.544	39.043	106.493	68.158

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;

(3) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Duratex ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

Nota 10 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar	52.973	27.713	74.252	49.866
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	9.929	12.557	12.204	14.033
PIS e COFINS a compensar	10.519	5.373	16.786	5.397
ICMS e IPI a recuperar	12.105	6.792	30.405	22.466
Outros	2.429	1.261	5.231	4.077
Total circulante	87.955	53.696	138.878	95.839
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	10.999	15.319	13.215	17.645
Total não circulante	10.999	15.319	13.215	17.645

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPCs/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de

resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no valor de R\$ 19.168, não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Esse valor representa uma parte dos créditos detidos por sua nova controlada Cerâmica Urussanga S.A., que de acordo com as projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não puderam ser contabilizados pela respectiva controlada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	46.353	20.431	55.654	26.383
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.982	939	6.808	2.781
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	9.517	1.488	10.766	1.285
Provisões para perdas nos estoques	6.304	5.097	6.366	6.722
Provisão de ajuste de ativos a mercado	18.352	2.392	18.347	2.392
Provisão de comissões a pagar	1.263	1.269	1.428	1.386
Provisões diversas	8.935	9.246	11.939	11.817
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	183.736	184.085	257.492	228.759
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	125.241	133.304	188.137	172.189
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	21.707	17.746	29.425	21.274
Provisões fiscais	9.554	19.078	10.095	18.980
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	8.194	8.654	8.459	9.941
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão s/ benefício pós emprego	3.908	2.872	3.908	2.872
Provisão s/ Valor Justo Financiamento	1.673	919	1.673	919
I.R. sobre lucros no exterior	10.635	-	10.635	-
Provisões diversas	2.332	1.020	4.668	2.092
Total de ativos de impostos diferidos	230.089	204.516	313.146	255.142
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(21.390)	(22.834)	(44.989)	(47.310)
Ajuste a valor presente de financiamento	(3.792)	(6.815)	(3.792)	(6.815)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(3.898)	(32.078)	(3.898)	(32.078)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(14.567)	(12.953)
Venda de imóvel	(869)	(1.840)	(19.039)	(18.281)
Ativo biológico	-	-	(223.274)	(192.253)
Carteira de clientes Satipel	(49.716)	(57.173)	(49.716)	(57.173)
Valor justo previdência complementar	(32.671)	(31.349)	(35.952)	(34.164)
Carteira de clientes Tablemac	-	-	(20.573)	(18.572)
Outros	(49.995)	(47.259)	(67.538)	(68.429)
Total de passivos de impostos diferidos	(162.331)	(199.348)	(483.338)	(488.028)

Demonstrativo da realização estimada do imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social diferidos ativos sobre o lucro líquido.

Ano	Controladora	Consolidado
2018	1.982	6.808
2019	5.622	11.986
2020	18.166	30.893
2021	29.733	36.861
2022	38.058	46.338
2023 em diante	136.528	180.260
Total	230.089	313.146

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2016 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	5.168	(232.886)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	61.918	28.031
Efeito da aquisição das controladas Ceusa e Massima	-	37.294
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	-	(3.303)
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	672	672
Saldo em 31.12.2017 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	67.758	(170.192)

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

Nota 12 – Partes relacionadas

a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas							
	Duratex Florestal		Hydra Corona		Duratex Andina		Cerâmica Urussanga	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo								
Clientes	-	-	235	162	933	2.536	-	-
Debêntures simples (1)	-	-	-	-	-	-	57.292	-
Passivo								
Fornecedores (2)	20.733	18.416	2.225	-	-	-	-	-
Resultado								
Vendas (3)	28	-	1.032	90	3.333	3.474	-	-
Compras (4)	(255.129)	(256.389)	(9.537)	-	-	-	-	-
Financeiro	(143)	4	866	107	(1)	-	(983)	-

(1) Operação de Debêntures conforme nota explicativa nº6;

(2) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (3);

(3) Fornecimentos de produtos;

(4) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas			
	Duratex North America		Duratex Colômbia	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
Clientes (1)	31.051	25.748	2.226	11.499
Resultado				
Vendas (2)	66.304	67.278	44.128	28.919
Financeiro	(797)	2.127	(206)	322

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itausa Invest. Itaú S.A.	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado		
Vendas (1)	71	124
Despesas de aluguel (2)	(4.789)	(4.881)

(1) Fornecimento de produtos;

(2) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

c) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Maqs. & Fer. Ltda		Leroy Merlin Cia Bras. Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Fibria Celulose	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo								
Clientes (1)	18.862	21.025	-	-	-	-	16.284	16.284
Resultado								
Vendas (2)	123.545	120.805	-	52.627	-	-	-	38.289
Custos com arrendamentos (3)	-	-	-	-	(24.009)	(22.410)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos para venda mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 2.045 a partir de julho de 2017, conforme estabelecido em contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaú Unibanco	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
Aplicações financeiras (1)	-	-	21.881	17.576
Passivo				
Outros passivos (2)	-	-	10.560	13.200
Resultado				
Rendimentos de aplicações (3)	-	-	2.067	3.653
Despesas financeiras (4)	-	-	(852)	(950)
Outros resultados (5)	(600)	(516)	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Prestação de serviços e pagamento;

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(4) Despesas com cobranças de títulos;

(5) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2017 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 15.612 como honorários (R\$ 14.331 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 7.676 como participações estatutárias (Não houve provisionamento em 31 de dezembro de 2016) e remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações R\$ 3.088 (R\$ 5.061 em 31 de dezembro de 2016).

Nota 13 – Investimentos em controladas

a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas														Coligada	Total
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Bale Com. Prod.	Pescara Adm. Part.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Duratex Belgium	Griferia Sur	Hydra Corona	Duratex Andina	Massima Revest.	Cerâmica Urussanga	Viva Decora		
Acções/ quotas possuídas (Mil)	301	12	374	-	-	1	47	100	3.112	220.240	1.637	10.335	282.863	-		
Participação %	99,99	99,99	99,99	90,00	90,00	100,00	100,00	5,05	63,08	100,00	100,00	99,99	99,94	28,57		
Capital social	901.542	12	374	10	1	1	392.358	50.872	426	220.240	1.771	33.067	103.512	10		
Patrimônio líquido	1.507.488	288	1.607	10	1	1	470.750	56.938	(2.024)	192.169	1.623	45.584	(73.537)	1.684		
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	158.571	6	96	-	-	-	42.793	4.904	(1.422)	12.535	(33)	4.006	15.928	-		
Movimentação dos investimentos																
Em 31 de dezembro de 2015	1.471.097	271	1.443	9	1	1	374.594	-	-	110.034	-	-	-	-	1.957.450	
Resultado de Equivalência	123.496	11	68	-	-	-	57.059	240	(205)	5.397	4	-	-	-	186.070	
Varição cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	-	(52.121)	(1.860)	-	-	(198)	-	-	-	(54.179)	
Dividendos	(199.999)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.999)	
Aquisição - Duratex Andina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	
Transação de capital com sócios	(515)	-	-	-	-	-	(18.216)	-	-	-	-	-	-	-	(18.731)	
Aumento de Capital	200.001	-	-	-	-	-	46.848	4.110	62	36.000	1.767	-	-	-	288.788	
Aumento de Capital com acervo líquido de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.488	-	-	-	-	53.488	
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	143	
Varição do resultado não realizado	2.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.080	
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.539)	-	-	-	-	(5.539)	
Em 31 de dezembro de 2016	1.596.160	282	1.511	9	1	1	408.164	2.490	-	199.380	1.577	-	-	-	2.209.575	
Resultado de Equivalência	158.571	6	96	-	-	-	42.792	248	(689)	12.535	(33)	4.006	15.763	-	233.295	
Aquisição - coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	481	481	
Aquisição - valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.432	(160.675)	-	(136.243)	
Mais valia de ativos - aquisição controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.430	88.392	-	117.822	
Valor a receber referente reembolso de provisões que será descontado do valor a pagar na aquisição da Ceusa.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.710)	-	(20.710)	
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.111	92.943	5.779	104.833	
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.410	-	15.262	69.638	-	124.310	
Varição cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	-	19.784	138	-	-	79	-	-	-	20.001	
Varição do resultado não realizado	145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	
Dividendos	(250.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(250.000)	
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	689	-	-	-	-	-	689	
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.561)	-	(651)	(447)	-	(4.659)	
Amortização de mais valia de estoque, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.628)	(601)	-	(2.229)	
Em 31 de dezembro de 2017	1.504.876	288	1.607	9	1	1	470.740	2.876	-	247.764	1.623	76.962	84.303	6.260	2.397.310	

Descrição	Controladas indiretas		
	North America	Duratex Colômbia	Duratex Belgium
Acções/ quotas possuídas (Mil)	500	33.622.363	1.880
Participação %	100,00	99,73	94,95
Capital social	886	54.332	50.872
Patrimônio líquido	13.823	372.943	56.938
Lucro Líquido do exercício	732	44.332	4.904
Movimentação dos investimentos			
Em 31 de dezembro de 2015	14.227	311.040	46.726
Resultado de Equivalência	1.362	56.154	6.535
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(2.710)	(45.499)	(5.107)
Dividendos	-	(38.893)	-
Participação reflexa na aquisição de ações de não controladores	-	-	(1.348)
Aquisição de ações de não controladores	-	65.872	-
Em 31 de dezembro de 2016	12.879	348.674	46.806
Resultado de Equivalência	732	44.212	4.656
Variação cambial sobre patrimônio líquido	212	8.250	2.600
Dividendos	-	(29.191)	-
Em 31 de dezembro de 2017	13.823	371.945	54.062

b) Aquisição de controladas

Em 24 de outubro de 2017, a Duratex S.A., adquiriu 99,82% das ações do capital social da Cerâmica Urussanga S.A. e 100% das quotas do capital social da Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda. (juntas Ceusa), empresas especializadas na fabricação de pisos e porcelanatos. O valor da contra prestação paga/pagar foi de R\$ 79.579.

A aquisição das ações e quotas sociais da Ceusa alinha-se à estratégia de crescimento da Companhia em segmentos sinérgicos aos negócios atuais.

Desde a data de aquisição, a Ceusa contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$ 44.222 e lucro líquido de R\$ 19.935.

A aquisição das empresas foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos e, em cumprimento ao CPC-15-R1 - Combinação de Negócios, a Companhia monitorará as variáveis utilizadas nesses estudos e os fatos e circunstâncias relacionados às empresas durante o período de até 12 meses, com o objetivo de proceder a eventuais ajustes (os quais não se esperam ser relevantes), caso necessário.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos identificáveis da Ceusa, na data de aquisição é apresentado a seguir:

**Valor justo
na aquisição**

Caixa e equivalentes de caixa		557
Contas a receber de clientes		44.931
Estoques		21.003
IR e CS diferidos		37.294
Outras contas a receber e demais créditos		8.053
Imobilizado		100.445
Intangível - marca		47.601
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(82.669)
Fornecedores		(30.192)
Contas a pagar e obrigações com pessoal		(10.949)
Impostos e contribuições		(17.660)
Parcelamento de tributos		(132.906)
Provisão para contingências e outros passivos		(5.115)
Acervo Líquido		(19.607)
Participação de não controladores	0,18%	(132)
Contraprestação paga e a pagar na aquisição	99,82%	79.579
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)		(99.054)
Fluxo de caixa no momento da aquisição		
Caixa líquido adquirido com a controlada		557
Caixa pago		(50.827)
Fluxo de saída de caixa, líquido		(50.270)

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 505 foram reconhecidos na demonstração de resultado como despesas administrativas.

A Companhia espera ter benefícios fiscais futuros pela amortização do ágio e das demais valias reconhecidas nesta combinação de negócios.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores ao valor justo.

O ágio de R\$ 99.054 compreende o valor dos benefícios futuros decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$ 44.931 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução no valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de junho de 2017 e em 05 de outubro de 2017, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda., adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 9.410 e R\$ 30.000, respectivamente.

Em 30 de outubro de 2017, a Duratex S.A., concedeu um adiantamento para futuro aumento de capital para a Ceusa, no montante de R\$ 169.300 a ser transferido de forma parcelada até abril de 2018, esses recursos serão utilizados para a liquidação de passivos das controladas adquiridas. Até 31 de dezembro de 2017, R\$ 84.900 já foram transferidos, sendo R\$ 15.262 para Massima e R\$ 69.638 para Ceusa.

d) Aquisição de participação em coligada

Em 24 de novembro de 2017, a Duratex S.A., celebrou um contrato de investimento na *startup* Viva Decora Internet Ltda. (Viva Decora) no valor de R\$ 6.260 para aquisição de participação de 28,57% do seu capital social.

A gestão ordinária dos negócios da *startup* continuará de forma independente e autônoma.

Para efetivação do investimento, havia como condição, a transformação da Viva Decora de sociedade Ltda. para sociedade anônima. Tal transformação foi concretizada em ata registrada na junta comercial em 22 de dezembro de 2017. Nesta data a Duratex contabilizou o valor de R\$ 6.260 de investimentos que quando comparado a 28,57% do patrimônio líquido a valor justo da Viva Decora, apresenta um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 5.779.

O referido ágio compreende o valor dos benefícios futuros decorrentes da aquisição.

Nota 14 – Imobilizado**a) Movimentação**

Controladora	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2015								
Custo	129.040	870.078	3.710.549	154.000	42.203	22.921	151.740	5.080.531
Depreciação acumulada	-	(331.722)	(1.829.511)	-	(25.652)	(21.677)	(96.232)	(2.304.794)
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Em 31/12/2016								
Saldo inicial	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Aquisições	-	519	21.583	95.544	922	-	9.196	127.764
Baixas	-	-	(584)	(178)	(5)	(8)	(83)	(858)
Depreciações	-	(30.264)	(215.980)	-	(2.471)	(546)	(11.474)	(260.735)
Transferências	-	13.940	130.463	(149.827)	240	226	4.958	-
Conferência de bens - Principal	(559)	(2.735)	(34.013)	-	(967)	(116)	(5.985)	(44.375)
Conferência de bens - Depreciação Acumulada	-	313	10.915	-	330	108	981	12.647
Saldo contábil, líquido	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Saldo em 31/12/2016								
Custo	128.481	881.802	3.827.998	99.539	42.393	23.023	159.826	5.163.062
Depreciação acumulada	-	(361.673)	(2.034.576)	-	(27.793)	(22.115)	(106.725)	(2.552.882)
Saldo contábil, líquido	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Em 31/12/2017								
Saldo inicial	128.481	520.129	1.793.422	99.539	14.600	908	53.101	2.610.180
Aquisições	8.500	1.947	26.522	97.894	805	17	5.178	140.863
Baixas	-	-	(270)	(24)	(6)	-	(2)	(302)
Provisão para perdas na recuperação de ativos	-	(2.863)	(47.780)	-	(57)	-	(96)	(50.796)
Depreciações	-	(29.515)	(219.310)	-	(2.490)	(361)	(12.740)	(264.416)
Transferências	-	8.248	59.480	(75.879)	611	350	7.190	-
Saldo contábil, líquido	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Saldo em 31/12/2017								
Custo	136.981	889.134	3.865.950	121.530	43.746	23.390	172.096	5.252.827
Depreciação acumulada	-	(391.188)	(2.253.886)	-	(30.283)	(22.476)	(119.465)	(2.817.298)
Saldo contábil, líquido	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2015								
Custo	745.535	1.005.197	3.945.708	160.651	52.762	55.438	166.713	6.132.004
Depreciação acumulada	-	(351.601)	(1.838.227)	-	(33.550)	(46.983)	(102.411)	(2.372.772)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Em 31/12/2016								
Saldo inicial	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Aquisições	1.026	657	32.198	128.601	1.027	144	14.300	177.953
Baixas	(4.942)	(60)	(6.508)	(232)	(129)	(22)	(985)	(12.878)
Depreciações	-	(32.424)	(247.101)	-	(2.797)	(1.854)	(14.749)	(298.925)
Transferências	-	12.315	155.026	(182.203)	330	1.267	13.265	-
Variação cambial	(16.251)	(31.410)	(247)	(43)	(864)	(265)	(616)	(49.696)
Amortização - Mais valia	-	(367)	(3.207)	-	(25)	(7)	(185)	(3.791)
Saldo contábil, líquido	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Saldo em 31/12/2016								
Custo	725.368	986.332	4.122.970	106.774	53.101	56.555	192.492	6.243.592
Depreciação acumulada	-	(384.025)	(2.085.328)	-	(36.347)	(48.837)	(117.160)	(2.671.697)
Saldo contábil, líquido	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Em 31/12/2017								
Saldo inicial	725.368	602.307	2.037.642	106.774	16.754	7.718	75.332	3.571.895
Aquisições	8.797	2.218	34.049	132.472	1.106	462	9.044	188.148
Baixas	(20.836)	(14)	(1.159)	(24)	(21)	(75)	(2.534)	(24.663)
Provisão para perdas na recuperação de ativos	-	(2.863)	(47.780)	-	(57)	-	(96)	(50.796)
Depreciações	-	(31.717)	(249.538)	-	(2.815)	(1.815)	(17.052)	(302.937)
Transferências	-	9.564	90.847	(116.108)	629	2.943	12.125	-
Aquisição das controladas Ceusa e Massima	2.061	20.446	27.772	2.279	804	92	986	54.440
Mais valia - Ceusa e Massima	6.573	24.370	10.920	-	-	-	3.405	45.268
Amortização - Mais Valia	-	(969)	(3.483)	-	(22)	(7)	(178)	(4.659)
Variação cambial	8.637	1.351	3.282	31	11	5	128	13.445
Saldo contábil, líquido	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Saldo em 31/12/2017								
Custo	730.600	1.040.435	4.237.418	125.424	55.551	59.975	215.372	6.464.775
Depreciação acumulada	-	(415.742)	(2.334.866)	-	(39.162)	(50.652)	(134.212)	(2.974.634)
Saldo contábil, líquido	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, São Leopoldo-RS, Queimados-RJ e Jundiá-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiá-SP e Jacareí-SP para produção de metais, Tubarão-SC e Aracaju-SE para produção de chuveiros, e em Urussanga - SC para produção de revestimentos e (iii) na Florestal, nas plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Lençóis Paulista-SP, Monte Carmelo-MG e Uberaba-MG. Em 31 de dezembro de 2017, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 66,3 milhões.

Durante o exercício de 2017, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação.

Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Construções e benfeitorias	4,0%	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,6%	6,6%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Veículos	20% a 25%	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado terrenos, fazendas e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$ 19.358.

Nota 15 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.), bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía aproximadamente 179,6 mil hectares em áreas de efetivo plantio (176,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2016) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2017. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/ metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de formação dos ativos biológicos	1.044.450	966.180
Diferencial entre custo e valor justo	654.405	562.737
Valor justo dos ativos biológicos	1.698.855	1.528.917

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.528.917	1.441.571
Variação do valor justo		
Preço volume	214.933	157.973
Exaustão	(123.118)	(142.297)
Variação do valor histórico		
Formação	176.343	178.179
Exaustão	(98.220)	(106.509)
Saldo final	1.698.855	1.528.917

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2017	31/12/2016
Variação do valor justo	214.933	157.973
Exaustão do valor justo	(123.118)	(142.297)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 43,24 /m³ (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 43,32 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 84.342.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2017. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 17.643.

Nota 16 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2015					
Custo	72.157	7.101	254.798	396.161	730.217
Amortização acumulada	(45.683)	(989)	-	(158.918)	(205.590)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Em 31/12/2016					
Saldo inicial	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Adições	11.676	975	-	-	12.651
Baixas	(78)	-	-	-	(78)
Amortizações	(4.681)	-	-	(26.465)	(31.146)
Conferência de bens - Principal	(960)	-	-	-	(960)
Conferência de bens - Amortização acumulada	393	-	-	-	393
Saldo contábil, líquido	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Saldo em 31/12/2016					
Custo	82.795	8.076	254.798	396.161	741.830
Amortização acumulada	(49.971)	(989)	-	(185.383)	(236.343)
Saldo contábil, líquido	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Em 31/12/2017					
Saldo inicial	32.824	7.087	254.798	210.778	505.487
Adições	8.904	-	-	-	8.904
Amortizações	(6.596)	-	-	(26.467)	(33.063)
Saldo contábil, líquido	35.132	7.087	254.798	184.311	481.328
Saldo em 31/12/2017					
Custo	91.699	8.076	254.798	396.161	750.734
Amortização acumulada	(56.567)	(989)	-	(211.850)	(269.406)
Saldo contábil, líquido	35.132	7.087	254.798	184.311	481.328

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2015					
Custo	74.146	20.461	254.957	413.823	763.387
Amortização acumulada	(46.438)	(989)	-	(161.015)	(208.442)
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Em 31/12/2016					
Saldo inicial	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Adições	11.733	1.065	-	-	12.798
Baixas	(78)	-	-	-	(78)
Amortizações	(5.191)	-	-	(27.421)	(32.612)
Variação cambial	(112)	-	-	(2.087)	(2.199)
Mais valia - Aquisição Duchacorona	-	(4.400)	-	-	(4.400)
Ágio - Aquisição Duchacorona	-	-	4.850	-	4.850
Saldo contábil, líquido	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Saldo em 31/12/2016					
Custo	85.689	17.126	259.807	411.736	774.358
Amortização acumulada	(51.629)	(989)	-	(188.436)	(241.054)
Saldo contábil, líquido	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Em 31/12/2017					
Saldo inicial	34.060	16.137	259.807	223.300	533.304
Adições	8.975	-	-	-	8.975
Amortizações	(6.951)	-	-	(27.307)	(34.258)
Variação cambial	14	-	-	579	593
Aquisição de controladas Ceusa e Massima	16	-	-	-	16
Ágio - expectativa rentabilidade futura Ceusa e Massima	-	-	99.054	-	99.054
Mais valia - Ceusa	-	47.601	-	-	47.601
Saldo contábil, líquido	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285
Saldo em 31/12/2017					
Custo	94.694	64.727	358.861	412.315	930.597
Amortização acumulada	(58.580)	(989)	-	(215.743)	(275.312)
Saldo contábil, líquido	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285

Nota 17 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais e Chuveiros e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis) e Deca (Louças, Metais e Chuveiros).

	Madeira		Deca					
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor contábil do ágio	187.573	187.573	2.402	2.402	39.246	39.246	30.586	30.586
Valor contábil dos demais ativos	2.639.726	2.745.966	50.471	53.258	196.501	197.464	180.798	107.959
Valor contábil das UGCs	2.827.299	2.933.539	52.873	55.660	235.747	236.710	211.384	138.545
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	2.883.069	3.193.075	117.011	56.765	513.785	372.776	503.499	264.053

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e considera a relação entre a capitalização no mercado e seu valor contábil, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a capitalização do mercado da Companhia era superior ao valor contábil de seu capital.

Painéis

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) de Painéis, no valor de R\$ 2.883.069 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.193.075 em 31 de dezembro de 2016), foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovados pela direção que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 10 anos, em função de que nos 5 anos iniciais de projeção a unidade não atinge o nível de operação plena de sua capacidade atual prejudicando dessa forma o cálculo da perpetuidade. A adoção desse período, na opinião da Administração, permite uma melhor representação dos resultados e fluxos de caixa da empresa no longo prazo e reflete as características específicas do negócio. Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 10,35% a.a. (12,32% a.a. em 2016) e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 2,0% a.a..

Foi concluído que o valor justo excede o valor em uso em R\$ 55.770 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 259.536 em 31 de dezembro de 2016) e a Administração não identificou redução ao valor recuperável para esta UGC.

Louças, Metais e Chuveiros

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) de Louças, Metais e Chuveiros, no valor de R\$ 1.134.295 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 693.594, em 31 de dezembro de 2016) foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovados pela direção que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 10 anos, em função de que, nos 5 anos iniciais de projeção, a unidade não atinge o nível de operação plena de sua capacidade atual prejudicando dessa forma o cálculo da perpetuidade. A adoção desse período, na opinião da Administração, permite uma melhor representação dos resultados e fluxos de caixa da empresa no longo prazo e reflete as características específicas do negócio. Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 10,35% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (12,32% a.a. em 2016) e a perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento de 2,0% a.a..

Foi concluído que o valor justo excede o valor em uso em R\$ 634.291 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 262.679 em 31 de dezembro de 2016) e a Administração não identificou redução ao valor recuperável para estas UGCs.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Para o cálculo do valor em uso das unidades geradoras de caixa de Painéis, Louças, Metais e Chuveiros, as seguintes variáveis foram utilizadas:

- Margens brutas
- Taxas de desconto
- Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade

Margens Brutas

As margens brutas foram projetadas considerando uma recuperação dos preços e volumes alinhados com resultados históricos e em ganhos previstos com diluição dos custos fixos devido a redução da ociosidade das fábricas. Esse crescimento representa um percentual médio de 1,2% a.a. em Painéis, 0,8% a.a. para Louças, 0,5% a.a. para Metais e 0,6% a.a. para Chuveiros.

Taxas de Desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco atual da Companhia e foi calculado pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)) que considera os componentes de financiamento de dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo de capital próprio da Duratex foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) que leva em conta o risco específico do negócio através do beta. Esse cálculo é revisado anualmente. Um aumento na percepção de risco específico (beta), do risco de mercado, do risco do país ou do custo de financiamento poderia acarretar em um aumento na taxa de desconto. Um aumento da taxa de 1,3 p.p. poderia reduzir o valor em uso pelo fluxo de caixa para o patamar limite ao seu valor justo nas UGCs analisadas.

Taxa de crescimento utilizado na perpetuidade

A taxa de crescimento, utilizada para calcular a perpetuidade no fluxo de caixa após o período explícito foi de 2,0% a.a., uma vez que a Companhia acredita que esse percentual está adequado ao crescimento médio do setor, além de ser a meta de inflação projetada por diversos bancos centrais no exterior.

Nota 18 – Empréstimos e financiamentos

Demonstrações Financeiras da Duratex S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017.

				31/12/2017	31/12/2016		
MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES	TJLP + 2,2% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	289	-	5.542	284
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.	Mensal	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	361	419	358	770
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	23.518	42.438	83.930	64.740
BNDES	Pré 2,5% a.a. até 7% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	1.410	759	3.654	2.394
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	885	-	975	883
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação fiduciária e nota promissória	11.015	43.990	9.817	36.278
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e fiança	850	4.633	850	5.471
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap 8 % a.a.		Até Janeiro 2018	-	20.186	-	38.939	20.120
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	203.411	404.167	14.380	573.707
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	Até Outubro 2019	-	-	130.251	-	117.621
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	Até Outubro de 2020	-	-	505.632	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	28.555	49.973	27.520	74.451
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a.	Até Janeiro 2026	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	-	3.181	48.323
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a./IPCA+6% a.a.	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia Ligna de Investimentos e hipoteca de bens	99	-	1.197	99
DESCONTO NPR	9,5% a.a.	Até Março 2017	Nota promissória	-	-	39.966	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	117.406	-	1.158	114.982
EXIM SELIC	Selic + 3,6% a.a.	Até Setembro 2018	Nota promissória	56.429	-	212	51.101
Total em Moeda Nacional - Controladora				464.414	1.182.262	231.679	1.111.224
Em Moeda Estrangeira - Controladora							
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a.	Mensal	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	-	-	937	-
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Mensal	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	-	-	958	-
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	-	283	-
ACC	US\$ + 3,8% a.a.	Mensal	Nota promissória	-	-	66.264	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	756	177.631	601	179.316
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,82% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	175.690	-	158	176.153
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a.a.	Junho 2018	Nota promissória	53.735	-	80.443	26.212
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,71% a.a.	Outubro 2017	Nota promissória	-	-	128.949	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,58% a.a.	Janeiro 2017	Nota promissória	-	-	128.677	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	2.287	181.145	2.252	185.225
Total em Moeda Estrangeira - Controladora				232.468	358.776	409.522	566.906
TOTAL DA CONTROLADORA				696.882	1.541.038	641.201	1.678.130
Em Moeda Nacional - Controladas							
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Novembro 2018	Aval - Duratex S.A.	-	-	-	176.583
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75% a.a.	Março 2017	-	-	-	13.532	-
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	39.632	106.073	6.931	141.139
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	18.843	59.136	1.944	52.368
BNDES	5,5 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	-	-	242	23.592
BNDES	3,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1.150	1.337	1.151	2.483
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A.	726	692.429	899	692.429
FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	675	1.068	1.667	5.871
FINAME	Pré 9 % a.a.	Semestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	645	1.479	23	76
FINAME	TJLP + 4% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	582	6.181	2	313
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	7	632	-	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	Mensal	-	3.631	-	-	-
CCB	100,5% CDI	Mensal	Nota Promissória	366	-	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladas				66.257	868.335	26.391	1.094.854
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissória	293	627	501	784
DEG/CII	5,4% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	10.413	1.730
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	1.054	-	2.604	433
ACC	9,0 % a.a.	Mensal	-	338	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				1.685	627	13.518	2.947
TOTAL DAS CONTROLADAS				67.942	868.962	39.909	1.097.801
TOTAL CONSOLIDADO				764.824	2.410.000	681.110	2.775.931

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

a) Avais e Fianças

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 48.596 (R\$ 153.574 em 31 de dezembro de 2016), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 79.407 (R\$ 104.395 em 31 de dezembro de 2016). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 56.326 (R\$ 57.246 em 31 de dezembro de 2016) e pela Duratex S.A. no montante de R\$ 850.129 (R\$ 1.025.932 em 31 de dezembro de 2016).

b) Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

b.1) Fábricas de MDF em Uberaba – apresentação das licenças de operação, adoção de medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e medidas relativas à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “*covenants*” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo a Companhia manter limite de cobertura da dívida através da relação (i) EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,0; (ii) Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45; e (iii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20.

b.2) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manutenção durante a vigência do contrato dos seguintes índices baseados em balanço anual auditado da Duratex S.A.: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0; (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20; e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A. deverá oferecer garantias adicionais.

A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2017, as obrigações contratuais acima, estão integralmente cumpridas.

(*)EBITDA

(“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

c) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2017						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2019	291.393	358.775	650.168	367.053	358.951	726.004
2020	840.093	-	840.093	899.551	103	899.654
2021	42.097	-	42.097	81.837	85	81.922
2022	5.037	-	5.037	698.171	64	698.235
2023	2.234	-	2.234	2.415	71	2.486
2024	1.378	-	1.378	1.540	78	1.618
2025	31	-	31	31	50	81
Total	1.182.263	358.775	1.541.038	2.050.598	359.402	2.410.000

31/12/2016						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2018	371.576	202.364	573.940	602.076	204.748	806.824
2019	263.141	364.542	627.683	335.751	364.639	700.390
2020	400.174	-	400.174	456.224	101	456.325
2021	44.793	-	44.793	81.330	89	81.419
2022	12.305	-	12.305	711.090	76	711.166
2023	8.597	-	8.597	8.793	71	8.864
2024	6.440	-	6.440	6.616	79	6.695
Demais	4.198	-	4.198	4.198	50	4.248
Total	1.111.224	566.906	1.678.130	2.206.078	569.853	2.775.931

Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	12.564	4.221	19.163	8.022
Participação estatutária	7.676	-	7.676	-
Frete e Seguros a pagar	9.669	9.962	14.439	15.435
Aquisição de Empresas	36.930	19.916	36.930	19.916
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs (1)	-	-	17.347	10.538
Comissões a pagar	5.700	7.228	7.740	8.263
Garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	10.630	10.843	12.697	14.560
Licença de uso de tecnologia	-	1.721	-	1.721
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	5.334	11.653
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs	-	-	27.043	27.043
Empréstimos consignados	1.406	1.361	1.702	1.644
Vendas para entrega futura	5.171	6.327	5.171	6.327
Demais contas a pagar	2.565	2.940	8.462	9.570
Total circulante	92.311	64.519	163.704	134.692
Aquisição de Empresas	32.254	31.566	32.254	31.566
Adiantamento de clientes	-	-	5.392	5.123
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs (2)	-	-	93.538	93.538
Garantia de produtos e assistência técnica	4.118	3.585	4.118	3.585
Arrendamento mercantil	-	-	9.403	10.190
Passivos provisionados com parceiros joint operation	-	-	25.303	22.193
Benefícios pós emprego (3)	11.495	8.449	11.495	8.449
Demais contas a pagar	1.339	795	486	206
Total não circulante	49.206	44.395	181.989	174.850

(1) SCPs – Sociedade em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

Nota 20 – Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social a pagar/provisão	314	2.146	16.331	25.429
PIS e COFINS a pagar/ provisão	4.517	5.308	4.542	7.483
ICMS e IPI a pagar	22.113	23.409	33.663	33.827
INSS a pagar	406	333	1.283	1263
Parcelamento de impostos - PERT (1)	4.782	-	87.585	-
Outros impostos a pagar	258	383	322	556
Total circulante	32.390	31.579	143.726	68.558
ICMS - PSDI	-	-	-	13.974
Total não circulante	-	-	-	13.974

(1) Na rubrica parcelamento de impostos – PERT estão computados os valores de tributos federais objeto do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Lei 13.496/2017, considerando os descontos advindos pela adesão a este Programa. Nas empresas Cerâmica Urussanga e Massima, que passaram a ser controladas pela Duratex em outubro de 2017, o saldo no passivo em 31.12.2017 relativo aos tributos incluídos no PERT totaliza R\$ 82.803. No resultado do exercício dessas empresas, após a aquisição do controle acionário pela Duratex, foi registrado o ganho relativo aos descontos do PERT no valor de R\$ 25.968, advindos das vantagens adicionais do PERT ocorridas na conversão da MP 783/2017 para a Lei 13.496/2017. Na controladora, Duratex S.A., o saldo do passivo dos tributos no

PERT em 31.12.2017 totaliza R\$ 4.782 e no resultado do exercício a adesão ao programa gerou ganho de R\$ 4.737. A Duratex liquidará a totalidade do valor devido no PERT em 31.12.2017, utilizando crédito de imposto de renda de prejuízos fiscais acumulados, conforme faculta a lei.

Nota 21 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2015	55.205	37.540	1.480	94.225	Saldo em 31.12.2015	57.174	50.030	1.480	3.000	111.684
Atualização monetária e juros	5.425	13.179	236	18.840	Atualização monetária e juros	5.434	17.572	292	-	23.298
Constituição	1.963	16.908	1.045	19.916	Constituição	1.964	22.186	1.552	-	25.702
Reversão	(2.173)	(5.937)	(504)	(8.614)	Reversão	(2.776)	(9.107)	(572)	-	(12.455)
Pagamentos	-	(12.707)	-	(12.707)	Pagamentos	-	(16.682)	-	-	(16.682)
					Varição cambial controladas no exterior	(149)	-	-	-	(149)
Saldo final em 31.12.2016	60.420	48.983	2.257	111.660	Saldo final em 31.12.2016	61.647	63.999	2.752	3.000	131.398
Depósitos Judiciais	(8.514)	(12.353)	-	(20.867)	Depósitos Judiciais	(8.514)	(13.289)	-	-	(21.803)
Saldo em 31.12.2016 após compensação dos depósitos judiciais	51.906	36.630	2.257	90.793	Saldo em 31.12.2016 após compensação dos depósitos judiciais	53.133	50.710	2.752	3.000	109.595
Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2016	60.420	48.983	2.257	111.660	Saldo em 31.12.2016	61.647	63.999	2.752	3.000	131.398
Atualização monetária e juros	3.864	6.009	318	10.191	Atualização monetária e juros	3.910	7.744	414	-	12.068
Constituição	6.024	29.780	2.386	38.190	Constituição	7.859	36.747	2.912	-	47.518
Reversão	(15.708)	(11.799)	(1.371)	(28.878)	Reversão	(15.708)	(11.546)	(2.918)	-	(30.172)
Pagamentos	(11.136)	(12.813)	(1.000)	(24.949)	Pagamentos	(11.136)	(22.380)	(9.900)	-	(43.416)
Compensação depósito	(2.896)	-	-	(2.896)	Compensação depósito	(2.896)	-	-	-	(2.896)
Transferência circulante (*)	(5.475)	-	-	(5.475)	Transferência circulante (*)	(5.475)	-	-	-	(5.475)
Combinação de negócios Ceusa e Massima	8.854	-	1.086	9.940	Aquisição de controladas Massima e Ceusa	-	5.829	16.909	2.000	24.738
					Combinação de negócios Ceusa e Massima	8.854	-	1.086	-	9.940
					Varição cambial controladas no exterior	24	-	-	-	24
Saldo final em 31.12.2017	43.947	60.160	3.676	107.783	Saldo final em 31.12.2017	47.079	80.393	11.255	5.000	143.727
Depósitos Judiciais	(8.977)	(16.165)	-	(25.142)	Depósitos Judiciais	(8.977)	(20.318)	-	-	(29.295)
Saldo em 31.12.2017 após compensação dos depósitos judiciais	34.970	43.995	3.676	82.641	Saldo em 31.12.2017 após compensação dos depósitos judiciais	38.102	60.075	11.255	5.000	114.432

(*) Transferência

pela adesão ao PERT (Programa especial de regularização tributária).

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) PIS Semestralidade – Ação Declaratória com a finalidade de se ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70, ou seja, seis meses após o reconhecimento da receita do faturamento. A provisão refere-se à divergência sobre o início da atualização do crédito pela SELIC; de novembro de 1997, conforme entende a Fazenda ou janeiro de 1996, primeiro mês da vigência da SELIC, como entende a Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 11.204 (R\$ 13.844 em 31 de dezembro de 2016).

2-) ICMS – Glosa de créditos de ICMS relativos às compras de madeiras efetuadas junto a fornecedor declarado inidôneo, retroativamente, pela Fazenda, tendo sido os créditos de ICMS escriturados igualmente glosados de forma retroativa. No 3º trimestre de 2017 o saldo foi revertido devido à adesão ao PEPSP “Programa especial de parcelamento SP” (R\$ 19.089 em 31 de Dezembro de 2016).

3-) IR e CS – Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referentes à incidência de IR e CSLL sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e de 2003 (não reconhecimento do direito à compensação de IR pago no exterior pelas empresas controladas, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95 e afastamento da incidência de multa moratória pelo depósito judicial realizado após a revogação da liminar). Em 31 de dezembro de 2017 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 4.943 (R\$ 4.779 em 31 de dezembro de 2016).

4-) CSLL e IRPJ – Processo Administrativo relativo a despesas do Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT diretamente do lucro líquido, com base na lei, e não como dedução do IR, como determina o decreto. No 3º trimestre de 2017 o saldo foi revertido devido à adesão ao PERT “Programa especial de regularização tributária” (R\$ 3.562 em 31 de dezembro de 2016).

5-) Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela Fazenda para prevenir a decadência, lavrado com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa. Valor recolhido em REFIS, mas não homologado. Em 31 de dezembro de 2017 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 2.946 (R\$ 2.849 em 31 de dezembro de 2016).

6-) Multa e juros lançados contra a Companhia em decorrência de utilização supostamente irregular do Fundo de Operação de Empresa do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM, nos meses de maio/junho/julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2017 o valor provisionado para essa discussão é de R\$ 3.429.

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda, classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R\$ 364.386. Os principais valores são: 1) R\$ 279.432, relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda.. O processo de 2006 encontra-se em discussão no CARF e o processo de 2009 no judiciário e 2) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R\$ 46.046. Os demais processos no total de R\$ 38.908, referem-se a processos cuja contingência não ultrapassa individualmente R\$ 5 milhões (aproximadamente 50 processos).

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1985 (*)	118.965	135.921
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	12.709	14.396
INSS - Contribuições Previdenciárias (**)	37.320	46.889
CPMF - diferencial de alíquota	3.064	-
PIS (inconstitucionalidade dos DLs nºs 2.445 e 2.449)	1.215	1.149
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.562	522
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	-	2.585
Outros	8.293	5.669
Total	183.128	207.131

(*) Em maio de 2017 transitou em julgado, no âmbito do STJ, a medida judicial nº 0003293-75.1989.4.03.6100, concedendo à Companhia o direito de ressarcimento (compensação) do denominado Crédito Prêmio IPI, do ano de 1984, assegurado à mesma em decorrência dela possuir, a época, Programa de Incentivo à Exportação - BEFLEX, que concedia esse incentivo integralmente entre 1976 e 1985. O direito à compensação do crédito, no valor de R\$ 40.230 foi reconhecido contabilmente R\$ 6.511 em dezembro/2017 e R\$ 33.719 em junho/2017 a crédito no resultado e a compensação financeira contra o IPI está sendo realizada diretamente na apuração mensal desse imposto a partir de julho/2017, nas condições da decisão transitada em julgado e em atenção ao Decreto-Lei 491/69.

(**) A redução no saldo refere-se principalmente pela mudança no prognóstico deste ativo contingente de provável para remoto na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia.

Nota 22 – Arrendamento rural

Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda. (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda. (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 2.045. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 24.540 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 23 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.970.189, representado por 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2016	2.485.759	27.931
Aquisições no exercício	-	-
Baixas no exercício	(7.100)	(80) (*)
Saldo em 31.12.2017	2.478.659	27.851

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	9,20

(*) Essas baixas referem-se às entregas de ações para o exercício das opções de ações por parte dos executivos da Companhia.

Baseado na última cotação de mercado em 28 de dezembro de 2017, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 22.804 (R\$ 16.903 em 29 de dezembro de 2016).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de Capital	345.300	342.212
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	97.303	97.636
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	(2.865)	(6.286)
Transações de capital com sócios	(18.731)	(18.731)
Outros Resultados Abrangentes	474.199	459.064
Reservas de Reavaliação	57.344	60.903
Ajuste de avaliação patrimonial	416.855	398.161
Reservas de Lucros	1.980.082	1.852.527
Legal	184.130	174.886
Estatutária	1.718.204	1.626.679
Incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	77.748	50.962
Ações em tesouraria	(27.851)	(27.931)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos

equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 37.738 (R\$ 34.686 em 2016) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 11.149 (R\$ 10.369 em 2016) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2016) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e R\$ 22.953 (saldo zero em 2016) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 05 de fevereiro de 2018 aprovou as demonstrações financeiras e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

e) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Destinação do lucro líquido	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	184.875	23.646
(-) Reserva legal	(9.244)	(1.182)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(26.786)	(7.394)
(+) Realização da reserva de reavaliação	3.559	5.102
(-) Dividendos propostos/JCP	(60.840)	(6.052)
= Lucros Acumulados	91.564	14.120
Venda de ações em tesouraria (stock options)	(39)	-
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(47.618)	(8.505)
Reforço de capital de giro	(35.126)	(4.492)
Aumento de capital em empresas participadas	(8.781)	(1.123)
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	184.875	23.646
(-) Reserva legal	(9.244)	(1.182)
(-) Incentivos fiscais	(26.786)	(7.394)
(+) Realização de reserva de reavaliação	3.559	5.102
Lucro líquido ajustado	152.404	20.172
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	45.721	6.052
O Conselho de Administração em reunião realizada em 11/12/2017 "ad referendum" da Assembléia Geral deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 29/12/2017, por conta do dividendo obrigatório de 2017, o valor de R\$ 0,08826330461 por ação que totaliza R\$ 60.840.		
	60.840	-
Dividendos/JCP do resultado do exercício	60.840	6.052
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(9.126)	-
Dividendos/JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	51.714	-

Nota 24 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 4.184 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 25 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de venda	4.202.115	4.060.098	5.027.342	4.892.035
Mercado interno	3.846.165	3.707.022	4.290.020	4.079.262
Mercado externo	355.950	353.076	737.322	812.773
Impostos e contribuições sobre vendas	(902.059)	(868.101)	(1.036.476)	(982.275)
Receita líquida de vendas	3.300.056	3.191.997	3.990.866	3.909.760

Nota 26 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	214.933	157.973
Varição nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	295.705	507.291	171.092	357.735
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.938.221)	(2.137.175)	(1.893.937)	(2.082.382)
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(663.509)	(646.248)	(835.751)	(800.086)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(267.864)	(263.144)	(528.584)	(550.562)
Despesas de transporte	(258.223)	(274.396)	(313.998)	(321.003)
Despesas de publicidade	(96.019)	(75.892)	(128.862)	(106.937)
Outras despesas	(319.381)	(283.171)	(313.819)	(288.347)
Total despesas por natureza	(3.247.512)	(3.172.735)	(3.628.926)	(3.633.609)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	214.933	157.973
Custo dos produtos vendidos	(2.626.403)	(2.581.536)	(3.062.030)	(3.058.601)
Despesas com vendas	(516.155)	(482.866)	(638.521)	(591.429)
Despesas gerais e administrativas	(104.954)	(108.333)	(143.308)	(141.552)
Total	(3.247.512)	(3.172.735)	(3.628.926)	(3.633.609)

Nota 27 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	33.040	70.034	103.563	133.721
Variação cambial ativa	4.240	(17.099)	2.929	(11.846)
Atualizações monetárias	12.531	12.283	13.046	13.689
Juros e descontos obtidos	34.106	8.439	42.595	11.937
Outras	891	104	898	463
Total	84.808	73.761	163.031	147.964
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos -Moeda nacional	(130.118)	(167.093)	(240.570)	(275.017)
Encargos sobre financiamentos -Moeda estrangeira	(22.142)	194.673	(23.159)	191.958
Variação cambial passiva	(712)	12.531	(6.462)	(6.765)
Atualizações monetárias	(5.688)	(6.907)	(6.916)	(10.784)
Operações com derivativos	(53.411)	(323.968)	(49.470)	(311.465)
Taxas bancárias	(4.653)	(4.727)	(7.289)	(7.199)
Imposto de operações financeiras	(111)	(599)	(1.375)	(1.112)
Outras	(3.581)	(4.420)	(33.903)	(26.852)
Total	(220.416)	(300.510)	(369.144)	(447.236)
Total do resultado financeiro	(135.608)	(226.749)	(206.113)	(299.272)

Nota 28 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Amortização de carteira de clientes	(26.467)	(26.465)	(27.307)	(27.421)
Amortização de mais valia de ativos	(6.941)	(3.791)	(6.941)	(3.791)
Participações e <i>Stock Option</i>	(10.764)	(5.061)	(10.764)	(5.061)
Créditos com plano de previdência complementar	3.890	2.210	5.258	2.218
Crédito prêmio IPI (*)	37.708	-	37.708	-
Créditos Prodep - Reintegra	12.356	5.115	12.514	5.125
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal	-	-	57.383	61.753
Reversão de contingências tributárias pela adesão ao PERT e PEPSP (**)	11.059	-	37.027	-
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	(33.755)	25.516	(29.865)	22.472
Total resultados operacionais	(12.914)	(2.476)	75.013	55.295

(*) O valor de R\$ 37.708 acima e mais R\$ 2.522 contabilizado como juros no resultado financeiro, totaliza R\$ 40.230. Conforme nota explicativa nº 21 C;

(**) PERT "Programa especial de regularização tributária" e PEPSP "Programa especial de parcelamento SP".

Nota 29 – Vendas de fazendas

Durante o ano de 2017, a controlada Duratex Florestal Ltda., alienou 08 fazendas (somente terras), Fazendas Mamedina, Santa Tereza, Capivari, Santa Branca, Santa Verônica, Nova Esperança e Santa Edwiges, totalizando o valor de R\$ 57.383 líquido do custo da baixa, dos quais R\$ 28.705 foram recebidos até 31 de dezembro de 2017.

Essas fazendas eram distantes das unidades industriais e possuíam alto valor para outras atividades econômicas, dando continuidade ao plano médio/longo prazo da Companhia e de suas controladas de desmobilização de ativos não essenciais, iniciado em 2016.

A seguir os valores envolvidos na negociação:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor das vendas das fazendas	78.218	69.184
(-) Custo das baixas	(20.835)	(7.431)
Resultados das vendas	57.383	61.753

Nota 30 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	122.957	(37.379)	215.228	17.843
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(41.805)	12.709	(73.178)	(6.067)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	103.723	48.316	42.965	14.453
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	(2.005)	7.302
Juros sobre capital próprio	20.686	-	20.686	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	79.370	63.263	-	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	29.092	19.835
Outras adições e exclusões	3.667	(14.947)	(4.808)	(12.684)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do exercício	61.918	61.025	(30.213)	8.386
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(25.756)	(58.244)	(74.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.918	86.781	28.031	82.856
Taxa efetiva %	50%	-163%	-14%	47%

Nota 31 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorgas de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data	Qtd	Data	Prazo para	Preço	Saldo a Exercer		Preço	Valor	Competência					Demais
Outorga	Outorgada	da carência	Vencimento	Outorga	31/12/2016	31/12/2017	Opção	Total	Vencidas	2007 a 2014	2015	2016	2017	Períodos
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	586	586	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	31/12/2017	11,82	1.294.078	-	8,88	-	24.758	24.758	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.340.260	1.132.434	7,26	19.456	-	19.456	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	31/12/2017	9,86	839.525	-	3,98	-	9.194	9.194	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	808.763	685.019	7,04	8.716	-	8.716	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.523.797	1.227.778	5,11	9.208	-	9.208	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	780.997	658.552	5,69	6.390	-	5.203	1.187	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	1.222.907	1.025.843	6,54	8.443	-	4.399	2.290	1.754	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	2.144.813	1.872.257	4,48	8.214	-	2.062	2.240	2.232	1.680	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	1.002.550	990.050	4,00	5.731	-	-	-	1.251	1.515	2.965
Soma	19.673.748				10.957.690	7.591.933		66.158	34.538	83.582	5.717	5.237	3.195	2.965
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								63.928	33.374	80.764 (1)	5.524 (2)	5.061 (3)	3.088 (4)	2.865 (5)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 2.478.659 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 32 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2017, com 6.201 participantes (6.186 em 31 de dezembro 2016).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 105.740 (R\$ 100.482 em 31 de dezembro de 2016). O aumento de R\$ 5.258 foi reconhecido no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais, líquidos”. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	(913.655)	(868.052)
Valor justo dos ativos	1.303.523	1.227.194
Ativo calculado	389.868	359.142
Restrição do Ativo devido ao Limite	(284.128)	(258.660)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	105.740	100.482

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 04 de julho de 2016 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 7.752, (R\$ 5.116 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será reconhecido em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 31 de dezembro de 2017 o valor a receber é R\$ 4.473 (R\$ 6.751 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa 9.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2017:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	(71.509)	(69.945)
Valor justo dos ativos	113.050	110.951
(Passivo) / Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	41.541	41.006
Superávit irrecoverável no final do exercício	(29.644)	(34.030)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	11.897	6.976

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto	9,75%	11,14%
Taxa de inflação	4,25%	4,85%
Taxa de crescimento salarial	6,62%	7,23%
Crescimento dos benefícios	4,25%	4,85%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2017	31/12/2016
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 33 – Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação, como planos ainda contributários (unidade Tubarão–SC) aos seus colaboradores e respectivos dependentes, por meio de 13 operadoras de saúde, totalizando 29.394 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

Neste contexto, a Companhia contratou a Bematize Consultoria e Gestão de Benefícios para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 5,43% a.a. para 2017 e 6,00% a.a. para 2016, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 4,15% a.a. para 2017 e 4,85% a.a. para 2016, temos uma taxa de desconto nominal de 9,91% a.a. e 11,14% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto	9,91% a.a. (5,43% real a.a.)	11,14% a.a. (6,00% real a.a.)
Taxa de Retorno dos investimentos	9,91% a.a. (5,43% real a.a.)	11,14% a.a. (6,00% real a.a.)
Crescimento salarial	6,16% a.a. (1,83% real a.a.)	6,33% a.a. (1,41% real a.a.)
Inflação médica	7,63% a.a. (3,00% real a.a.)	8,67% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,85% a.a.	4,85% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagradada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Baseado no salário e tempo de serviço:	
Rotatividade	De 0 – 10 S.M.: 0,60 / (TS+1);
	De 10 – 20 S.M.: 0,45 / (TS+1);
	Acima de 20 S.M.: 0,30 / (TS+1);
	S.M.= Salário mínimo (R\$ 937,00) 2017 e (R\$ 788,00) 2016
Probabilidade de aposentadoria	100% aos 55 anos
Taxa de adesão na aposentadoria	62%
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo atuarial líquido no início do exercício	8.449	-
Despesa reconhecida no resultado do exercício	1.069	548
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.977	7.901
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	11.495	8.449

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	116	43
Juros sobre as obrigações	953	505
Total de despesa reconhecida no resultado	1.069	548

Análise de sensibilidade das hipóteses

Nível de Sensibilidade	Taxa de desconto		Inflação médica		Adesão aposentadoria	
	+ 0,5%	- 0,5%	+ 1,0%	- 1,0%	+ 10%	- 10%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre obrigações atuariais	(256.878)	379.213	997.899	(566.001)	97.862	(29.325)
Efeito no valor presente das obrigações	(2.390.516)	3.689.053	7.911.274	(4.771.847)	762.320	(70.697)

Nota 34 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	184.875	23.646
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.784	685.230
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.483)	(2.486)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	689.301	682.744
Lucro básico por ação	0,2682	0,0346

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	184.875	23.646
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.784	685.230
Opções de compra de ações	7.592	10.958
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.483)	(2.486)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	696.893	693.702
Lucro diluído por ação	0,2653	0,0341

Nota 35 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Madeira	Deca	Consolidado	Madeira	Deca	Consolidado
Receita Líquida de vendas	2.515.732	1.475.134	3.990.866	2.594.548	1.315.212	3.909.760
Mercado interno	1.902.306	1.413.094	3.315.400	1.902.396	1.257.078	3.159.474
Mercado externo	613.426	62.040	675.466	692.152	58.134	750.286
Varição do valor justo dos ativos biológicos	214.933	-	214.933	157.973	-	157.973
Custo dos produtos vendidos	(1.609.823)	(931.051)	(2.540.874)	(1.656.166)	(857.588)	(2.513.754)
Depreciação, amortização e exaustão	(299.459)	(98.579)	(398.038)	(308.310)	(94.240)	(402.550)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(123.118)	-	(123.118)	(142.297)	-	(142.297)
Lucro Bruto	698.265	445.504	1.143.769	645.748	363.384	1.009.132
Despesas com Vendas	(373.383)	(265.138)	(638.521)	(360.558)	(230.871)	(591.429)
Despesas Gerais e Administrativas	(73.597)	(69.711)	(143.308)	(77.571)	(63.981)	(141.552)
Honorários da administração	(8.733)	(6.879)	(15.612)	(8.503)	(5.828)	(14.331)
Outros Resultados Operacionais	32.111	42.902	75.013	48.639	6.656	55.295
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	274.663	146.678	421.341	247.755	69.360	317.115

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Nota 36 – Eventos subsequentes

a) Alienação de instalações e equipamentos destinados à produção de chapas finas de fibra de madeira

Em 31 de janeiro de 2018, a Duratex comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que aceitou por si ou por intermédio de suas afiliadas, Proposta Vinculativa do Grupo Eucatex envolvendo a compra de instalações e equipamentos destinados à produção de Chapas Finas de Fibra de Madeira.

Localizada no município de Botucatu, a produção de Chapas Finas de Fibra de Madeira foi iniciada em 1973. A capacidade produtiva efetiva destes ativos é de 200 mil m³ por ano e atualmente essas linhas empregam 280 colaboradores.

A decisão de retomar as atividades na unidade de Itapetininga, programada para abril de 2018, fez com que a operação dessas linhas, voltadas principalmente para exportação, perdesse a relevância estratégica para Duratex.

A transação engloba a troca destas instalações e equipamentos por uma fazenda, localizada no município de Capão Bonito, no Estado de São Paulo, estrategicamente próxima da unidade Duratex de Itapetininga, tendo como base o valor de R\$ 60 milhões. As demais linhas de produção de Chapas Grossas e Finas de Fibra de Madeira (MDF e HDF) continuam a ser operadas normalmente pela Duratex.

A aceitação pela Duratex da Proposta Vinculativa não acarretará efeitos relevantes em seu resultado ou em seus contratos anteriormente celebrados.

A Duratex irá celebrar contrato para fornecimento de madeira a estas operações de Chapa Fina de Fibra de Madeira, por período de até 7 (sete) anos.

Com base na legislação vigente, a consumação dessa operação está condicionada à sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Até tal aprovação, a gestão das linhas permanecerá com a Duratex, em ritmo usual de produção.

No entendimento da Companhia, o negócio traz benefícios a ambas as partes, ao mercado, que permanece abastecido de produtos e, em especial, à sociedade, com a manutenção de empregos e impostos gerados. A Duratex reafirma o compromisso com seus *stakeholders* em maximizar a rentabilidade de suas operações, por meio da melhor utilização de seus ativos, e no incremento de sua eficiência e competitividade no mercado.

b) Alienação de terras e florestas

Em 05 de fevereiro a Duratex comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou com a Suzano Papel e Celulose, um Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva (“Operação”), envolvendo a alienação de terras e florestas a ser concretizada pela Duratex ou por intermédio de suas afiliadas.

A Duratex, ao longo de 67 anos de desenvolvimento tecnológico na atividade florestal, acumulou patrimônio relevante em terras e plantios. A evolução do manejo florestal permitiu que a Companhia obtivesse produtividades crescentes nos plantios, alinhados com os melhores benchmarkings do mundo. Isto levou a Companhia a possuir um volume de terras e florestas que ultrapassam as necessidades atuais e planejadas de suas fábricas de painéis de madeira.

Consonante com a busca permanente de melhorar a rentabilidade de seus ativos, a Duratex optou por alienar aqueles excedentes disponíveis. A operação que prevê a venda de terras e florestas na região central do Estado de São Paulo está estruturada em 2 etapas, sendo:

(i) Venda firme de cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e os ativos florestais nelas existentes, no valor de R\$ 308,1 milhões. Essa etapa deverá resultar no reconhecimento de lucro extraordinário da ordem de R\$ 140 milhões, quando concretizada a operação.

(ii) Opção exclusiva a Suzano, a preços já estabelecidos, de aquisição de outro lote de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais e os ativos florestais ali existentes, a ser exercida até 02/07/2018, totalizando R\$ 749,4 milhões. Se exercida essa opção, a Companhia deverá reconhecer um lucro extraordinário da ordem de R\$ 360 milhões quando concretizada a operação.

A conclusão dessa operação está sujeita a determinadas condições usuais para este tipo de transação, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Os valores recebidos serão direcionados prioritariamente para redução significativa do endividamento líquido, reduzindo os custos financeiros e posicionando a Companhia em patamar estratégico de competitividade.

Mesmo após a conclusão desses contratos, a Duratex mantém florestas e terras remanescentes para abastecimento de todas as suas plantas, sem nenhum impacto de custos em suas operações.

A Duratex renova o compromisso com seus acionistas de priorizar sua rentabilidade, e de preparar a Companhia para desafios futuros. Fruto deste compromisso é a gestão diligente de seus ativos, e a desmobilização dos excedentes quando necessário.